

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara  
CAMÕES, e, VII e 14

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira

**Diretor de Redação**  
Luiz Adolfo Pinheiro

**Diretor Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi

**Editor-Chefe**  
Jota Alcides

**Diretor de Marketing**  
Márcio Cotrim

**Diretor de Planejamento**  
João Augusto Cabral

## Desafio ao Legislativo

Com a reabertura ontem da penúltima sessão da atual legislatura, retoma o Congresso suas atividades normais após período estafante de convocação extraordinária. Conquanto a fase excepcional de reuniões tenha sido de extremo proveito, restou pendente, ainda, uma pauta robusta de propostas a ser objeto de debate e deliberação. Desde logo, despontam no conjunto das matérias colocadas na ordem do dia o projeto de lei sobre o Orçamento da União, o ajuste fiscal pleiteado pelo Executivo, a reforma moralizadora das licitações públicas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a medida provisória que revogou a correção monetária nos balanços das empresas.

Só a titulação das questões principais remetidas à apreciação das duas casas dá a medida da tarefa atribuída ao Congresso na presente etapa de seus trabalhos. Tornar-se-á necessário empenho obstinado das mesas e das lideranças partidárias para que essa coletânea de iniciativas transite o mais depressa possível pelo crivo legislativo. É uma urgência requerida pelo interesse nacional, portanto algo colocado acima dos partidos, das querelas provincianas e das aspirações pessoais ou de grupos.

É estimulante para a imprensa, aquela que age e reage a distância de emocionanismos ou paixões sectárias, registrar a ativa atuação do Poder Legislativo no cumprimento de suas obrigações constitucionais. Em um passado próximo, o costumeiro era ver-se a instituição parlamentar embaralhada na teia de dilemas injustificáveis, sob o embate de conveniências desvinculadas das aspirações legítimas da sociedade. Os ventos da liberalização democrática vieram arejar, todavia, a vida institucional do País, inclusive promover a ascendente vigilância do povo sobre o processo político e as lideranças habilitadas a movimentá-lo. O Congresso sentiu a natureza e a profundidade da mudança. E deu-lhe conse-

quências adequadas na realização de seus trabalhos, pela presteza na condução do processo legislativo e na busca de instrumentos novos de atuação política.

Dentro da pauta posta sobre a mesa das duas Casas figura, em ordem de prioridade absoluta, a proposta orçamentária da União para o exercício corrente. Razões de diversas ordens, sobretudo a crise política que paralisou os trabalhos para abrir espaços à votação do impeachment contra o então presidente Fernando Collor, bloquearam o trâmite normal da lei de meios. O fato é que a proposta permanece estacionada na Comissão Mista de deputados e senadores até a presente data, em decisão quanto ao mérito.

A situação é de inquietante anormalidade. Como se sabe, o Orçamento Geral da União não é apenas um documento contábil, elaborado para definir receitas e despesas. É, antes, um programa de governo, dentro do qual se estabelecem os níveis de demanda dos serviços públicos, os investimentos necessários à manutenção e ampliação das infra-estruturas e os empreendimentos indispensáveis à modernização do País.

O Governo, em razão disso, não poderá enfrentar os problemas colocados na órbita de sua competência enquanto não dispuser dos mecanismos orçamentários. E note-se que os dois primeiros meses do ano já quase se escoaram sob as dificuldades incontornáveis provocadas pela ausência de orçamentação dos recursos públicos de ordem legal para movimentá-los.

Mas se espera que o Congresso não apenas consagre um esforço especial para decisão sobre a questão orçamentária. Os demais itens da pauta também se associam ao futuro imediato do País, que se faz necessário conhecer desde já, seja pela colocação em vigor das leis propostas, seja mediante sua rejeição. O indesejável para a governabilidade é a indefinição das regras.